

MARTIN, J.R. E ROSE, D. *GENRE RELATIONS – MAPPING CULTURE*. EQUINOX: LONDON/OAKVILLE, 289 PÁGINAS, 2008.

Resenhado por João Bosco Bezerra Bonfim¹
(Universidade de Brasília - UnB)

Em *Genre relations – mapping culture*, Martin e Rose declaram ter o propósito de colocar à disposição dos interessados uma introdução acessível à teoria de gênero utilizada nos programas de letramento realizados no âmbito do que se convencionou chamar de Escola de Sydney. Assim sendo, o livro reflete o trabalho comum dos autores em parceria com Joan Rothery e Fran Christie, cujo propósito tem sido o de abordar as necessidades de letramento dos alunos da escola primária, na Austrália. Embora tal projeto de pesquisa-ação privilegie os aspectos de pedagogia e currículo, *Genre relations* concentra-se na teoria de gênero como parte de um modelo sistêmico-funcional de linguagem.

Na perspectiva apresentada por Martin e Rose, a exemplo do que já propunham na obra *Working with discourse*, de 2007, a análise de discurso está interconectada com a da gramática e a da atividade social, algo entre o trabalho de linguistas, por um lado, e de teóricos sociais, por outro. Consideram que a opção por analisar textos está relacionada com a extensão daquilo que se busca estudar, isto é, os textos. Isso porque estes últimos são maiores do que as orações e menores do que a cultura. Em um extremo, estão as orações e seus elementos constituintes, sobre os quais costumam residir o foco dos linguistas. Mas como os textos são maiores que as orações, o analista de discurso expande seus horizontes ao se concentrar no texto. No outro extremo, estão os teóricos sociais, mais interessados em verificar como os contextos sociais se relacionam uns com os outros do que

1. Mestre e Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília e membro ativo do NELIS/CEAM/UnB.

na maneira como tais contextos estão organizados internamente como textos. Assim sendo, a proposta de análise de discurso emprega as ferramentas dos linguistas para identificar o papel dos fraseados (*wordings*) em passagens de textos, e, complementarmente, ferramentas dos teóricos sociais para explicar como os contextos produzem significados da maneira que o fazem.

Composto por seis capítulos, o livro parte, no capítulo 1 de *começando com gênero*; prossegue, no segundo, com *histórias* (com inicial minúscula); e, em seguida, no terceiro, com o que seria equivalente em português a *História* com inicial maiúscula; no quarto, trata de *relatórios e explicações*; no quinto, trata de *procedimentos e relatos processuais*. Por fim, no sexto, propõe o prosseguimento com gênero e os diálogos possíveis com outras abordagens lingüísticas e de análise de discurso.

No primeiro capítulo, os autores resgatam os textos típicos produzidos nas escolas primárias da Austrália para, em seguida, agrupá-los num sistema de gêneros que leva em conta as distinções básicas entre textos *instrução* e *informação*. O primeiro se subdivide em duas categorias: os que têm o propósito de facilitar – os *procedimentos*; e os que têm por fim prescrever restrições, chamados pelos autores de *protocolos*. Já o segundo grupo – de informação –, por sua vez se subdivide em dois subgrupos: o que diz respeito a *coisas* e o que trata de *eventos*. Se as coisas são específicas, os textos serão de *descrição*; se genéricas, *relatório*. No grupo dos eventos, nova subdivisão, entre os que lidam com o esperado (se têm linha do tempo, são chamados *recontos*, se não a contém, observação) e os que contêm complicação (se com o propósito de entreter, são chamadas de *narrativas*, se têm o propósito de explicar, “apenas histórias”, isto é, mitos).

Desse sistema de gêneros praticados na escola, voltam a tratar da noção de “contexto” em sistêmica e retomam uma série de definições da lingüística Sistêmico-Funcional, como as de Campo, Modo e Tenor, que juntos constituem o Registro; e este, por sua vez, é realizado por meio da linguagem (semântica do discurso, lexicogramática e fonologia/grafologia). Após revisarem a literatura sobre gênero, o que inclui visitar as formulações de Bakhtin, Martin

e Rose definem os gêneros, para eles, caracterizados como processos sociais, organizados em estágios, orientados para um propósito. São em estágios porque, geralmente, é necessário mais do que um passo para se alcançar um objetivo; orientados para uma finalidade porque nos sentimos frustrados se não alcançamos os objetivos traçados; e são sociais porque os escritores modelam seus textos para os leitores de tipos específicos.

Em seguida, tratam daquilo que chamam de “ferramentas de análise – semântica do discurso”. Por fim, ainda no primeiro capítulo, tratam de metáfora gramatical e de multimodalidade. Chamamos especial atenção para as ferramentas de análise, pois estas criam a possibilidade de se propiciar uma “portabilidade” para o analista de discurso. Em outras palavras, tais ferramentas propiciam a negociação entre os complexos conceitos da Sistêmica e a análise de discurso. E que ferramentas são essas? São, respectivamente, Avaliatividade, Experiência, Conjunção, Identificação e Periodicidade. A Avaliatividade diz respeito aos tipos de atitudes que são negociadas em um texto, a força dos sentimentos envolvidos e o modo como tais valores aparecem e são alinhados no texto. A Experiência tem o foco no conteúdo do discurso, ou seja, nos tipos de atividades subjacentes, no modo como os participantes se fazem presentes em tais atividades (se são descritos e classificados, por exemplo). Lida com os significados experienciais, os quais realizam o Campo de um texto. A Identificação diz respeito à localização dos participantes, com a apresentação de pessoas, lugares e coisas em um discurso e com o manejo destas, uma vez inseridas no discurso. Está vinculada aos recursos textuais, que estão preocupados com o modo como o discurso faz sentido para o leitor, ao firmar um caminho para as identidades. Já a Periodicidade leva em consideração o ritmo do discurso, isto é, as camadas de previsibilidade que sinalizam aos leitores o que está por vir e as camadas de consolidação, que acumularam os significados construídos. Realizam significados textuais, que dizem respeito à organização do discurso na forma de pulsos de informação.

No segundo capítulo, tais conceitos já são aplicados para as histórias (de natureza ficcional), pelos autores classificadas como

recontos, anedotas (equivalente, no Brasil, a causos), exemplos, observações, narrativas e reportagens de mídia. Para esse conjunto, constituem um sistema de histórias e propõem sua análise em estágios e fases, a fim de melhor conhecer a funcionalidade das distintas partes de uma história.

O terceiro capítulo está voltado para os vínculos entre história e História, isto é, para o modo como recontos, relatos, anedotas, narrativas e outros gêneros ajudam a configurar os textos históricos, isto é, aquilo que vai frequentar os anais da ciência como sendo a “verdade” sobre os fatos. Igualmente para a História é possível fazer a análise desse discurso com base nas ferramentas descritas e verificar, por exemplo, qual a funcionalidade das explicações sobre o passado, como o “empacotamento” de valores, mecanismo utilizado para conferir sentido à História. Isso porque, ao lado da explicação fornecida pela História, há também interpretação, o que confere valor ao passado. Em outras palavras, não se trata apenas de relatar “o que aconteceu”, mas, adicionalmente, o que isso significa. Dessa maneira, para se compreender como os gêneros da História são organizados, é necessário voltar a atenção para o modo como a Avaliatividade está sendo realizada.

Classificação, e explanação e descrição são mecanismos privilegiados dos gêneros científicos, tratados no Capítulo 4. Identificam, por exemplo, que uma diferença chave entre relatórios e explanações é o papel que o tempo desempenha na estrutura destes: enquanto que, nos relatórios, o foco se concentra em entidades, organizadas por classificação e composição, nas explanações, privilegia-se a sequência de atividades. E dessa constatação remetem a outros gêneros científicos, como o de procedimentos e de relatos processuais, assim como o de relatos históricos. Por outro lado, entre os gêneros que não são estruturados pelo tempo encontramos as exposições e discussões.

No quinto capítulo, ao tratar de procedimentos e de relatos processuais, os autores se concentram nos gêneros que, no dia-a-dia, são responsáveis por indicar o modo de agir das pessoas, uma vez que os procedimentos constituem uma característica central de

muitos contextos, como o doméstico (receitas, instruções de uso, por exemplo), o da diversão e recreação, o educacional (experimentos, procedimentos de observação, por exemplo), o científico e o industrial, entre tantos. No livro, os autores concentram-se nos procedimentos vinculados ao local de trabalho e suas relações com a educação. Após analisarem vários discursos nesse campo, concluem que as práticas educativas de letramento baseado no ensino técnico acabam por afastar quem mais necessita de tais ensinamentos, como ocorreu, por exemplo, na África do Sul pós-apartheid, quando os menos favorecidos necessitavam mais dominar os gêneros especializados.

Por fim, no Capítulo 6, os autores propõem uma reflexão sobre o que sejam os limites da noção de gênero. Começam por inquirir: “Será que gênero é tudo?” e, em decorrência, será que há vida além da comunicação? Existe significado além do gênero? Até que ponto uma teoria de gênero pode chegar? As respostas a estas questões estão na formulação central dos autores, ou seja, que a perspectiva por eles proposta se refere a um modelo funcional de contexto social e de linguagem que os envolve. Nesse modelo, gênero é colocado como um nível abstrato de análise que coordena Campo, Modo e Tenor, que juntos constituem o Registro; e este, por sua vez, é realizado por meio da linguagem (semântica do discurso, lexicogramática e fonologia/grafologia). O livro, por suas limitações, é obrigado a tratar esquematicamente os gêneros, pois uma descrição desses está além das possibilidades de um volume. Portanto, é necessário avançar mais em trabalhos descritivos específicos, sempre tendo em conta a natureza funcional da linguagem.

Recebido em: agosto de 2010

Aprovado em: outubro de 2010

jbbbonfim@gmail.com